

## Imprensa negra e resistência à ditadura no Brasil: o ressurgimento dos jornais negros na década de 1970

---

Gabrielle Oliveira de Abreu<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo se dedica a apresentar de quais maneiras a imprensa foi mobilizada pelo ativismo negro brasileiro nas décadas de 1970 e 1980. Para tanto, demonstraremos como o fenômeno dos jornais alternativos tem sido instrumento de luta histórico para diversos segmentos do movimento social negro desde meados do século XIX. Propomos também analisar os jornais negros contemporâneos como parte de um escopo mais amplo de resistência à ditadura militar e engajamento por restauração democrática, tendo em vista o cenário autoritário que serviu de plano de fundo para as atividades desses grupos.

**Palavras-chave:** jornais alternativos; movimentos negros; ditadura militar.

### Black press and resistance to the dictatorship in Brazil: the resurgence of the black press in the 1970s

**Abstract:** This article is dedicated to presenting the ways in which the press was mobilized by Brazilian black activism in the 1970s and 1980s. To that end, we will demonstrate how the phenomenon of alternative newspapers has been an instrument of historical struggle for different segments of the black social movement since the mid-1970s. XIX century. We also propose to analyze contemporary black newspapers as part of a broader scope of resistance to the military dictatorship and engagement for democratic restoration, in view of the authoritarian scenario that served as a background for the activities of these groups.

**Keywords:** Alternative newspapers; black movements; military dictatorship.

### Introdução

Pode-se considerar que o trabalho a ser desenvolvido nas próximas páginas está alicerçado na modalidade historiográfica denominada “História do Tempo Presente”. Essa filiação temática, que trazemos logo nas primeiras linhas da introdução deste artigo, já denuncia o recorte temporal que pretendemos aqui. Ao reconstituir as reflexões e ações de determinados segmentos do movimento negro brasileiro na virada da década de 1970 para a década de 1980, o que almejamos, especialmente, é verificar, através dos seus jornais, o papel do movimento negro no período de restauração democrática que o Brasil experienciou.

Esse foi um período, conforme esmiuçaremos à frente, de intensas disputas entre grupos sociais extremamente representativos na sociedade (tais como negros, mulheres, LGBTs, indígenas, trabalhadores, moradores de favelas, associações de bairros, indígenas, etc.). Todos esses agrupamentos buscaram incluir suas pautas no processo de redemocratização que culminou na elaboração da Constituição Federal promulgada em 1988. Finalmente, essa seria a primeira vez

# IMPrensa negra e resistência à ditadura no Brasil: o ressurgimento dos jornais negros na década de 1970

GABRIELLE OLIVEIRA DE ABREU

em pouco mais de vinte anos que esses coletivos poderiam participar, de maneira legal e não cerceada, da vida política institucional do país. O final da década de 1970 e o início da década de 1980 era, portanto, um momento de muito otimismo e esperança por parte desses indivíduos. Era um momento de distensão política no qual o movimento negro, tal como outros grupos sociais, encontrou a brecha necessária para expor a nível nacional a intenção de participar ativamente desse momento tão inédito que foi a redemocratização.

Investigar um passado tão recente e ainda tão traumático na história do Brasil faz com que historiadores e historiadoras tenham um papel fundamental na concepção de políticas de cunho reparatório. Afinal, ao confrontar temáticas que se enquadram no referido recorte temporal, nos debruçamos em feridas que ainda não foram curadas, em veredas muito recentes que ainda não foram exploradas (ou pouco exploradas), em relatos cujos depoentes ainda se sentem inibidos a falar. Como se percebe, o desafio é enorme. Porém, de grande contribuição para o país.

A historiadora Maria Paula Nascimento Araújo, em seu livro “A Utopia Fragmentada”<sup>II</sup>, defende que os historiadores que se dedicam a narrar o tempo presente não sofrem pela busca da impessoalidade, característica metodológica largamente preconizada pelos cientistas ao longo do século XIX<sup>III</sup>. Os estudiosos daquele recorte temporal entendem que eles mesmos fazem parte e sofrem os efeitos do período que analisam. Araújo ainda complementa: “não raro a realização dessas pesquisas e a publicação desses trabalhos [envoltos no tempo presente] têm servido ao necessário balanço histórico e existencial de uma geração”<sup>IV</sup>.

Orientados por essa tendência historiográfica, investigamos as atuações políticas de determinados segmentos do movimento negro que, durante a ditadura militar, desenvolveram seus próprios periódicos. Analisamos os jornais alternativos negros<sup>V</sup> Nêgo (Salvador – BA) e o suplemento Afro-Latino-América do jornal Versus (São Paulo - SP) e tratamos das formas de organização estratégicas e reativas contra a ditadura e a favor da redemocratização que esses grupos pertencentes ao movimento negro brasileiro desenvolveram. Vale ressaltar que as reflexões a serem desenvolvidas neste trabalho se espelham na ala da historiografia que analisa os efeitos da repressão e da vigilância próprias do regime civil-militar no cotidiano político de minorias sociais. Essa perspectiva também pode ser verificada nos relatórios finais das Comissões Estaduais da Verdade de São Paulo e do Rio de Janeiro<sup>VI</sup>, que reservaram capítulos específicos para o tratamento dessa faceta da ditadura.

Outro esforço intelectual do qual esta pesquisa se aproxima é o das pesquisas acerca do pós-abolição no Brasil, que se empenha em reconstituir trajetórias de indivíduos e coletivos negros que durante muito tempo estiveram destacados das narrativas historiográficas clássicas<sup>VII</sup>. Ainda que nosso objeto esteja circunscrito num recorte temporal próprio de História do Brasil Contemporâneo e distante há mais de 80 anos do processo de abolição da escravidão no Brasil, investigar o pós-abolição e seu processo histórico “também significa invadir outras veredas da história do Brasil republicano, envolvendo espaços, tempos e agências variadas”<sup>VIII</sup>.

Pretendemos, por conseguinte, seguir a indicação de tal campo da História percorrendo trajetórias de personalidades e associações negras que marcaram o ativismo antirracista contemporâneo no Brasil. Essa tendência historiográfica de trabalhos voltados para a reconstituição de experiências negras no pós-emancipação no Brasil tem ganhado força.

Certamente, esse empenho é também uma reação a certos trabalhos que interpretam os fatos sem considerar a participação ativa e, muitas vezes, decisiva de negros e negras nos processos históricos. Essa prática acaba conferindo um alto grau de invisibilidade às contribuições de negros e negras ao longo da história brasileira. Portanto, compreender historicamente as experiências e expectativas que circundaram o período do pós-abolição é romper com o entendimento das versões históricas que enxergam homens e mulheres negros enquanto pessoas alienadas desde do processo de abolição. Pesquisas acerca do que de fato representou a abolição da escravidão nos países que

# IMPrensa NEGRA E RESISTÊNCIA À DITADURA NO BRASIL: O RESSURGIMENTO DOS JORNAIS NEGROS NA DÉCADA DE 1970

GABRIELLE OLIVEIRA DE ABREU

se fizeram valer de tal sistema são imprescindíveis. No Brasil, porém, investigações dessa natureza ganham peso especial, tendo em vista a abolição extremamente tardia que experimentamos aqui. O Brasil foi o último país no continente americano a interromper e proibir a escravidão.

O pós-abolição ainda guarda silêncios a serem desvendados num terreno fecundo nos dias atuais. Período marcado pela construção de muitos significados e projetos de Brasil, é no pós-abolição que algumas das percepções que temos hoje acerca de raça e racismo foram constituídas. Essas concepções desenvolvidas no lumiar da abolição, em grande medida, se tornaram um impasse para a plena conquista de direitos fundamentais para os ex-escravizados, bem como para os seus descendentes até os dias de hoje.

Dito isso, refletir sobre quais foram os destinos dos ex-escravizados após a emancipação de 1888 e, conseqüentemente, os efeitos de uma abolição tardia (e nada propositiva) nas atuais experiências negras no Brasil, também recai na possibilidade de o historiador fazer parte de um urgente projeto de reparação. Ou seja, os estudos do pós-emancipação permitem aguçadas explicações acerca das vivências de corpos negros em território brasileiro no século XXI. Além disso, essas explicações podem ajudar na elaboração de políticas públicas voltadas para reparação das mazelas que negros e negras historicamente se depararam no Brasil. Esta é um exercício hercúleo, já que 130 anos separam o fim da escravidão no Brasil e os dias atuais, mas que a cada dia se mostra mais necessário.

Alinhar o trabalho historiográfico a uma possível contribuição para com as políticas reparatórias, sejam elas relacionadas à escravidão ou à ditadura militar, pode parecer um tanto quanto panfletário. Entretanto, reforçar a possibilidade dessa faceta no trabalho do historiador é especialmente fundamental nos dias de hoje. A população negra no Brasil ainda é acometida pelos piores índices sociais e casos de racismos são verificados cotidianamente por esses cidadãos<sup>IX</sup>. Somando-se a isso, uma expressiva parcela reacionária da sociedade recorre, muitas vezes de maneira equivocada, aos aspectos da ditadura relativizando episódios de repressão, tortura e vigilância<sup>X</sup>.

## Imprensa e ativismo negro no século XIX

A idealização e confecção de jornais têm sido práticas comuns às várias parcelas do ativismo negro no Brasil desde o século XIX. Esses jornais constituem importantes fontes na investigação de reflexões e ações dos movimentos sociais negros que atuaram (e atuam) no país, ao passo que a pesquisa sobre os jornais possibilita a investigação acerca dos grupos envolvidos nessas publicações<sup>XI</sup>. Tais jornais trazem à luz, portanto, sujeitos, trajetórias e projetos políticos coletivos e individuais.

A adoção de jornais na luta antirracista demonstra uma crença na imprensa como articulação importante na defesa de direitos fundamentais para a população negra. Em linhas gerais, os “jornais negros” se apresentam como espaço para denúncias, trocas de informações, disseminação de ideias, reivindicações e conclamações. O primeiro periódico dirigido por negros e destinado aos “homens de cor” foi publicado em 14 de setembro de 1833, intitulado O Homem de Cor (a partir de sua terceira edição, passou a ser denominado de O Homem de Cor ou O Mulato) e, segundo a jornalista Ana Flávia Magalhães Pinto, seus exemplares “traziam denúncias de discriminação de ordem racial, escritos por homens livres mulatos, pardos - negros, portanto”. Pinto afirma ainda que:

dirigidas a outros cidadãos da Corte, que teriam a mesma aparência dos redatores, aquelas palavras afirmavam talentos e virtudes e pretendiam contribuir para a solução de problemas enfrentados por aquelas pessoas - realidade até então pouco conhecida por mim, familiarizada apenas com sujeitos escravizados...<sup>XII</sup>

# IMPrensa negra e resistência à ditadura no Brasil: O ressurgimento dos jornais negros na década de 1970

GABRIELLE OLIVEIRA DE ABREU

As reflexões trazidas por Ana Flávia nesse excerto de sua dissertação de mestrado, cujo tema foram algumas das publicações negras concebidas entre 1833 e 1899, são bastante interessantes pois demonstram o quão forte é o imaginário que compreende o negro enquanto indivíduo apolítico e isolado, ou seja, aquém das tensões político-sociais que o circundam e desmobilizado em relação aos seus pares raciais. Os jornais encontrados pela autora demonstram exatamente o contrário: desde antes da abolição, grupos e indivíduos negros se empenharam em exclamar contrariamente à escravidão e, após seu fim, as lamúrias foram redirecionadas para denunciar a falta de políticas voltadas para o negro e a negra recém abolidos. Ou seja, os jornais negros pioneiros reservaram suas primeiras atenções ao processo abolicionista em curso e, posteriormente, dedicaram-se às análises acerca de como se deu a abolição, bem como refletiram sobre o quadro pós-abolição do negro no país.

O último trecho referente à obra de Pinto é significativo pois comprova também o quanto a historiografia durante muitos anos não conferiu devida atenção a esses jornais, os quais constituem retratos fundamentais das mobilizações negras durante os anos que concernem o Império e a República no Brasil. Para ressaltar as muitas e diversificadas associações de cooperação mútua formadas por homens e mulheres negras ao redor de todo o país desde, pelo menos, 1888, o conceito de “Associativismo Negro” de Petrônio Domingues foi elaborado<sup>XIII</sup>. Muitas dessas associações foram desatendidas por determinados setores da historiografia, porém ainda assim demonstram a forte tendência social ao protesto por parte da população negra.

Conforme já mencionado, a imprensa articulada por negros e negras desde o século XIX no Brasil foi bastante suprimida das principais narrativas históricas do período. O historiador Petrônio Domingues destaca que nem mesmo nas principais obras referentes à história da imprensa no Brasil e em São Paulo os jornais da imprensa negra são considerados, citando as obras de Nelson Werneck Sodré e Paulo Duarte<sup>XIV</sup>.

No livro “A Nova Abolição” (Selo Negro, 2008), Domingues recupera ações importantes do movimento negro brasileiro num intervalo que compreende o pós-abolição imediato e os dias atuais. Essas ações são o fenômeno da imprensa negra, a formação da eminente Frente Negra Brasileira, a construção do Teatro Experimental do Negro (TEN), a participação do negro na Revolução Constitucionalista de 1932 na cidade de São Paulo e o tímido início de uma necessária reparação histórica com a implementação de algumas ações afirmativas, sendo a política de cotas nas universidades a principal dentre elas.

No prefácio da obra, Michael Hanchard, historiador da Johns Hopkins University e especialista em relações raciais no Brasil, anuncia que a análise de Domingues:

Representa uma combinação inovadora de afastamento e retorno na historiografia do período que vai do final do século XIX ao início do século XX no Brasil, mais especificamente no Estado de São Paulo. Uma revisão de sua dissertação de mestrado, este texto retoma um período importante no desenvolvimento social, político e econômico brasileiro: a transição, dos descendentes de povos das atuais Angola e Nigéria, da condição de escravos para trabalhadores livres; a substancial imigração de europeus meridionais, principalmente italianos, para o Estado de São Paulo; e as tensões entre uma monarquia em seus estertores, o republicanismo emergente e a mobilização integralista a partir dos militares, incorporada aos esforços e sucessos políticos de Getúlio Vargas<sup>XV</sup>.

O movimento de imigração mencionado por Hanchard nesse excerto significa para Domingues a principal referência para a idealização dos jornais da imprensa negra. Domingues recupera parte do relato do militante José Correia Leite em que ele resalta essa inspiração. Para o “velho militante”, a população negra ansiava por ter seu próprio canal para expor ideias e

# IMPrensa negra e resistência à ditadura no Brasil: O ressurgimento dos jornais negros na década de 1970

GABRIELLE OLIVEIRA DE ABREU

denúncias. E a principal fonte de inspiração seria, portanto, os folhetins desenvolvidos por imigrantes europeus arraigados na São Paulo do início do século XX.

Segundo Correia Leite,

A comunidade negra tinha necessidade dessa imprensa alternativa. Não se tinha outro meio a não ser copiar o que as colônias estrangeiras faziam. O negro, de certa forma, era também uma minoria como os italianos, os alemães, os espanhóis. E todos eles tinham jornais e sociedades. As publicações negras davam aquelas informações que não se obtinha em outra parte<sup>XVI</sup>.

Petrônio Domingues reforça o relato de José Correia Leite, afirmando ainda que:

O negro egresso da escravidão considerava que o imigrante, a despeito de desalojá-lo de oportunidades, era uma referência positiva de comportamento étnico na qual a comunidade negra, em seu conjunto, devia se espelhar. Os imigrantes primavam por se organizar em clubes, associações recreativas ou 20 culturais, sendo que uma das primeiras providências de suas associações era publicar um jornal para a difusão de seus ideais<sup>XVII</sup>.

Na obra, Domingues reafirma o conteúdo das produções negras que consistiam, primeiramente, em artigos reflexivos acerca do processo de abolição e da situação da população negra após esse evento. Ressalta-se ainda a disposição dos editores dos jornais negros em homenagear aqueles que se engajaram pelo fim da escravidão no Brasil. A Princesa Isabel era costumeiramente homenageada com muitas honras por alguns dos principais pasquins negros da época. O historiador também afirma que os títulos e subtítulos dos jornais diziam muito sobre as expectativas de seus redatores. É discutida também a efemeridade dos jornais, bem como sua tiragem e distribuição irregulares. Além do mais, não se visava tão fortemente ao lucro e muitos dos exemplares eram concedidos gratuitamente para boa parte dos eleitores.

Dado interessante acerca das publicações negras, de acordo com Domingues, é o espaço que ali se configurou para abordar a situação política do país. No ano de 1889, por exemplo, era a contexto de enfraquecimento do regime monárquico que consistia na “ordem do dia”. As páginas dos jornais negros não se inibiram e trataram de expor seus pareceres acerca de dada circunstância. Seus redatores ofereciam críticas contundentes ao Partido liberal e ao Partido Conservador. As apostas recaíam, por conseguinte, no Partido Republicano. Entretanto, esse modelo político defendido não cumpriu com as expectativas desse segmento da população negra. De quebra, a nova república brasileira fomentou projetos que tinham como base pseudociências, as quais afirmavam veementemente que indivíduos negros eram inferiores aos indivíduos brancos. A imigração de europeus passou a ser incentivada e financiada pelo estado brasileiro e este tratou também de desestimular a interação entre negros e brancos e a propagar o embranquecimento. Para finalizar esta síntese da obra de Domingues e também este tópico, cabe citar um excerto de “A Nova Abolição” que comprova de maneira bem direta a importância dos jornais negros produzidos ao final da década de 1880, que perduraram ao longo da primeira metade do século XX e serviram de inspiração diretas para os jornais alternativos negros das décadas de 1970 e 1980, cuja análise se seguirá na seção a seguir:

A imprensa negra tentou sensibilizar a opinião pública com relação aos problemas que assolavam os descendentes de escravos, proporcionando voz e visibilidade para um segmento da população privado do acesso à renda, ao poder e ao prestígio da belle époque. Por isso, a maior façanha daquela imprensa, foi, talvez, ter articulado uma inédita rede de comunicação no meio negro e colaborado para esse segmento manter vivo o espírito de luta e resistência a opressão racial<sup>XVIII</sup>.

# IMPrensa negra e resistênciA à ditadura no Brasil: o ressurgimento dos jornais negros na década de 1970

GABRIELLE OLIVEIRA DE ABREU

## A imprensa negra da década de 1970

Os jornais negros que serviram como autofalantes para que negros e negras pudessem expor suas inquietações e expectativas desde meados do século XIX serviram como inspiração direta para que as mobilizações negras dos anos subsequentes também adotassem a imprensa como lugar útil de militância. Como supramencionamos, a principal referência na idealização dos primeiros jornais negros foi a imprensa fomentada pelo movimento operário, comandado na época por imigrantes europeus (especialmente os italianos) que trouxeram na bagagem suas experiências de luta por melhores condições de trabalho vivenciadas no continente europeu. Os jornais da imprensa negra do século XIX e início do século XX passaram a ser amplamente referenciados pela militância negra de meados do século XX como exemplo de organização a ser seguido. De fato, o ativismo antirracista dessa época ofereceu feitos que a militância contemporânea ansiava por reconquistar, como, por exemplo, a formação da Frente Negra Brasileira – organização negra sem precedentes, até então.

Apesar do meio de comunicação comum entre essas duas militâncias, o pano de fundo por trás dessas experiências difere bastante. Entretanto, tal como os jornais que inauguraram o fenômeno da imprensa negra no Brasil, os jornais negros fundados a partir da segunda metade do século XX (em especial, os jornais negros articulados em meio a ditadura militar, aqui analisados) ofereciam uma consistente narrativa crítica acerca dos contextos políticos que a circundavam. O contexto político da elaboração de jornais negros nas décadas de 1970 e 1980 (bem como todos os outros tipos de mobilizações concretizadas pelo movimento negro) foi a ditadura militar, instalada no Brasil no ano de 1964 por meio de um golpe ornamentado por setores conservadores das Forças Armadas e também da sociedade civil. Marcada por cerceamento de ideias e por violações de direitos humanos, a ditadura militar durou 21 anos e deixou resquícios de seus atos violentos que perduram até os dias atuais.

Conforme a literatura sobre o tema nos indica, graves restrições à diversas manifestações culturais e políticas, por meio dos aparelhos de censura, marcaram o período em que o Brasil experienciou a ditadura militar que durou de 1964 a 1985. Os muitos e variados jornais alternativos que surgiram nesse contexto constituíram um importante movimento de reação à tentativa de imposição de silêncios tão característica em regimes de exceção. Tais jornais, além do cunho abertamente político e panfletário, ofereciam uma narrativa que se pretendia contra hegemônica e de valorização da subjetividade dos seus autores. Entre essas publicações, havia jornais de diferentes propostas: jornais de esquerda, de movimentos de bairro, contraculturais, do movimento estudantil, feministas e os jornais desenvolvidos por correntes do movimento social negro. Estes últimos, foco de nossa observação na pesquisa, tiveram vida útil bem curta e muitas dificuldades em relação à circulação, tiragem e financiamento, porém, ainda assim, são deveras representativos na história do protesto negro do Brasil contemporâneo.

Os jornais alternativos negros das décadas de 1970 e 1980, portanto, estavam incorporados no interior de um movimento de resistência ainda maior: o da imprensa alternativa. Esses jornais surgem a partir da vontade dos grupos de esquerda de encontrarem um revigorado canal de denúncias das ações truculentas do regime militar, bem como para realizar críticas sobre demais atos do governo em diversos setores da sociedade brasileira (políticas econômicas, censura, aproximação com os Estados Unidos, por exemplo). A esse grupo, somaram-se jornalistas, publicitários, escritores e demais artistas inconformados com o impedimento de expressarem suas expressões nos veículos da imprensa de grande porte. Apesar de obscuro, surgiu a sombra de tal contexto político uma oposição que, embora extremamente ceifada, encontrou em diversas expressões artísticas e culturais formas eficientes de denunciar as ações do regime militar que

# IMPrensa negra e resistência à ditadura no Brasil: O ressurgimento dos jornais negros na década de 1970

GABRIELLE OLIVEIRA DE ABREU

rompiam com o cumprimento pleno dos direitos humanos. Uma dessas expressões foi a imprensa alternativa. Sobre ela, o jornalista Bernardo Kucinski, que atuou como redator numa dessas publicações, explica da seguinte maneira:

Durante os quinze anos de ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar. Ficaram conhecidos como imprensa alternativa ou imprensa nanica. A palavra nanica, inspirada no formato tabloide adotado pela maioria dos jornais alternativos, foi disseminada principalmente por publicitários, num curto período em que eles se deixaram cativar por esses jornais. Enfatizava uma pequenez atribuída pelo sistema a partir de sua escala de valores e não dos valores intrínsecos à imprensa alternativa. Ainda sugeria imaturidade e promessas de tratamento paternal. Já o radical de alternativa contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam<sup>XIX</sup>.

Kucinski acrescenta que:

Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico. Inclusive nos anos de seu aparente sucesso, durante o chamado “milagre econômico”, de 1968 a 1973. Destoavam, assim, do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa, gerando todo um discurso alternativo. Opunham-se por princípio ao discurso oficial<sup>XX</sup>.

Tais jornais eram, portanto, essencialmente de oposição à ditadura militar. De acordo com as análises de Bernardo Kucinski, havia basicamente dois tipos de jornais alternativos. O primeiro deles partia do incômodo com a situação de opressão aos trabalhadores no Brasil. Já o segundo inspirou-se nos movimentos contraculturais que ocorriam a todo vapor nos Estados Unidos. Este segundo segmento do jornalismo alternativo evocava a necessidade de cisão com os padrões culturais então vigentes e propunham novos comportamentos. Ainda que com propostas minimamente diferentes, essas duas frentes da imprensa alternativa comungavam de uma consciência político-social muito semelhante. Essa consciência, pautada nos valores do marxismo cultural ressignificado na Europa e nos Estados Unidos durante as décadas de 1960 e 1970, será a liga necessária na formação da áurea combativa que pairou as redações dos jornais alternativos<sup>XXI</sup>.

Uma característica importante das mobilizações negras da década de 1970 é a proximidade com movimentos de esquerda. Apesar de conflituosa (percebe-se uma dificuldade das movimentações de esquerda de abraçarem plenamente as reivindicações dos movimentos sociais negros, mesmo após uma certa flexibilização da corrente marxista ortodoxa – tal como foi apontado na apresentação deste trabalho), essa tentativa de reunir as pautas de esquerda e as “pautas negras” culminou em alguns bons frutos.

Pode-se dizer que o principal e mais relevante resultado dessa vacilante união foram alguns dos jornais alternativos idealizados pelo movimento negro, ao passo que a imprensa alternativa agitada pela esquerda era também um importante modelo a ser seguido. Sobre essa aproximação, a socióloga Flávia Rios discorre que:

Não seria de todo incorreto afirmar que o surgimento do movimento negro contemporâneo recebeu fortes influências das esquerdas, gestadas durante o período do regime militar brasileiro. Foi dentro do movimento da Convergência Socialista que surgiu um fio condutor da luta contra o racismo, que mais tarde veio a constituir um dos

# IMPrensa negra e resistência à ditadura no Brasil: o ressurgimento dos jornais negros na década de 1970

GABRIELLE OLIVEIRA DE ABREU

segmentos mais influentes do Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR), marco fundamental para a luta política contra as discriminações e desigualdades raciais nas décadas seguintes<sup>XXII</sup>.

O jornal alternativo que maior expressa essa tentativa de comunhão entre esquerda e movimento negro certamente é o *Versus*. O jornal de esquerda *Versus* (1975-1979), de São Paulo, foi um dos principais periódicos que surgem nessa atmosfera de resistência da imprensa alternativa e trouxe consigo um diferencial: o enaltecimento à identidade latina, frequentemente em pauta. Essa reivindicação latina era identificável na forma e no conteúdo do *Versus*, no qual muitos de seus autores traziam observações comparativas entre as realidades brasileiras e dos demais países da América Latina. Capitaneado pelo jornalista gaúcho Marcos Faerman (o “Marcão”), o apreço pela América Latina era um dos fatores mais fortes do jornal. O editor-chefe reforçava a importância de entender essa parte do continente americano como um bloco político e cultural coeso. Faerman entendia que, ainda com as diferenças entre os países, a América Latina compartilhava entre si as mesmas dores e problemáticas com relação à subalternidade, desigualdade e autoritarismos.

Ao tratar do *Versus*, Bernardo Kucinski revela que:

*Versus* foi ao mesmo tempo uma alternativa de linguagem, de organização da produção jornalística e de proposta cultural. Em vez do discurso político de Movimento, que o precedeu em alguns meses, usava uma narrativa mítica, operando no plano ideológico através de metáforas culturais e históricas, dos heróis das esquerdas. Faerman proclamou: ‘um jornal de reportagens, idéias [sic] e cultura’, que propunha a ‘cultura como forma de ação política’. Quase não produzia a reportagem factual clássica; expressava-se através dos sentimentos, e não do convencimento lógico. Valorizava sobretudo a forma, numa ‘fusão de 26 elementos usados livremente: jornalismo, fotografia, desenho, histórias em quadrinhos, literatura, poesia’<sup>XXIII</sup>.

No ano de 1977, a jornalista recém-formada Neusa Maria Pereira foi até a improvisada redação do *Versus*, jornal do qual era leitora fiel. Insatisfeita com os rumos que sua carreira tomava, a então revisora de textos de um pequeno jornal paulistano tinha como intuito com aquela atitude levar um texto seu onde denunciava as condições inferiores com as quais as mulheres negras se viam encaixadas no país. Neusa conta que em seu desabafo escrito não havia qualquer rigor jornalístico: aquilo era essencialmente suas inquietações expressas no papel. Entretanto, aquele escrito tinha muito valor e impressionou Marcos Faerman e companhia e Neusa passou a integrar o grupo *Versus* e a frequentar diariamente a redação.

A seguir, breves palavras de Neusa contando um pouco de como foi esta experiência:

Meu texto passou pelo crivo exigente dos editores do jornal. Para minha alegria foi elogiado e publicado, aumentando minha segurança em continuar frequentando aquele universo masculino, intelectual, acentuadamente distante de minha formação. Toda tarde, após sair do emprego de revisora de texto, ia para o *Versus*. Ficava quieta observando discussões de pautas e o entra e sai de jornalistas, escritores, artistas plásticos e atores que circulam pela redação. Gente importante na vida cultural do país<sup>XXIV</sup>.

A presença de Neusa naquele espaço suscitou em Marcos Faerman e Omar de Barros Filho (os principais editores) o desejo de desenvolver no *Versus* um espaço exclusivo para o debate sobre a desigualdade racial no Brasil, especialmente no contexto da ditadura militar. À Neusa foi incumbida a tarefa de convocar novos redatores negros e liderar esse novo suplemento do jornal. Sobre essa comunhão de narrativas de classe e raça, a historiadora Flávia Rios analisa que, a partir



# IMPrensa negra e resistência à ditadura no Brasil: o ressurgimento dos jornais negros na década de 1970

GABRIELLE OLIVEIRA DE ABREU

do envolvimento de jornalistas negros na construção de *Versus*, estes acabaram abraçando a consciência política de esquerda que o próprio jornal panfletava.

Num ambiente político muito marcado pela Guerra Fria e pelo marxismo como forma de intervenção social, os ativistas que se envolveram na constituição de uma coluna negra no *Versus* também flertaram, apoiaram e defenderam abertamente as ideias revolucionárias difundidas pela esquerda política. Esse enquadramento serviu como um filtro para suas leituras e para o tipo de discurso a ser veiculado nas páginas da coluna Afro-Latino-América. Emerge desse ambiente um pensamento negro socialista, isto é, interessado em conciliar a identidade de classe com a de raça<sup>XXV</sup>.

Presente no jornal a partir da 12ª edição (1977), a coluna Afro-Latino-América foi o espaço no interior do *Versus* destinado às denúncias e críticas acerca da experiência histórica do negro brasileiro muitas vezes fadada à marginalização e ao descaso. Também nas páginas negras do *Versus* havia destaque para a “importância da presença africana na América Latina” (*Versus*, n.12, 1977:30), alinhando, portanto, os conceitos de raça, classe e latinidade na narrativa. No seio da coluna, nasce o Grupo Afro-Latino-América, que ultrapassou a militância das páginas do jornal e interferiu ativamente na agenda do movimento negro paulista.

Por estar inserida no contexto da imprensa alternativa da década de 1970, a coluna Afro-Latino-América possui uma considerável literatura historiográfica que a mobilizou como tema. As doze colunas idealizadas pelo grupo ao longo da curta vivência de *Versus* estão disponíveis online e em arquivos públicos, o que também contribuiu para sua maior visibilidade e reconhecimento. Os demais jornais que protagonizam esse estudo já não obtiveram o mesmo nível de exposição.

O segundo jornal aqui estudado, o jornal *Nêgo* (1981), representa um influente movimento de reestruturação da luta negra no Brasil pós 1964: o Movimento Negro Unificado (MNU). Com o golpe civil-militar, houve um cerceamento das ações do movimento negro e este esmoreceu, de acordo com o excerto de autoria de Petrônio Domingues a seguir:

O golpe militar de 1964 representou uma derrota, ainda que temporária, para a luta política dos negros. Ele desarticulou uma coalizão de forças que palmilhava no enfrentamento do “preconceito de cor” no país. Como consequência, o Movimento Negro organizado entrou em refluxo. Seus militantes eram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia, o racismo no Brasil<sup>XXVI</sup>.

Algumas atitudes políticas ainda foram conduzidas por negros e negras durante o período; porém, é em 1978 que o ativismo negro toma renovadas e ambiciosas proporções. Com a proposta de articular a militância negra a nível nacional, o MNU de 1978 formulou as bases políticas e ideológicas que esteiam a formação de diversas entidades do movimento negro até os dias atuais. Certamente, é o segmento do movimento negro brasileiro de maior perenidade. Sobre a formação do MNU, os historiadores Verena Alberti e Amílcar Pereira relembram que:

É sabido que um dos marcos principais de inauguração do movimento que se constituiu nos anos 70 e 80 foi o ato público contra o racismo, em 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em protesto contra a morte de um operário negro em uma delegacia de São Paulo e contra a expulsão de quatro atletas negros de um clube paulista. Esse ato acabou resultando na formação, no mesmo ano de 1978, do Movimento Negro Unificado (MNU), entidade que existe até hoje e cuja formação parece ter sido responsável pela difusão da noção de “movimento negro” como designação genérica para diversas entidades e ações a partir daquele momento<sup>XXVII</sup>.

# IMPrensa negra e resistência à ditadura no Brasil: o ressurgimento dos jornais negros na década de 1970

GABRIELLE OLIVEIRA DE ABREU

## Considerações finais: os movimentos negros e a reabertura política

Cristalizou-se no imaginário social a impressão de que os militantes que atuaram na resistência contra a ditadura militar no Brasil eram pertencentes a uma classe social muito específica. Se orientarmos nosso olhar de acordo com algumas narrativas historiográficas, construções fílmicas e demais representações, estes militantes seriam brancos, de classe média ou alta e universitários. Entretanto, as análises mais recentes já conseguem verificar que o enfrentamento à ditadura era bem mais diversificado.

Para além da perseguição àqueles que eram considerados opositores do regime, negros e negras também sofreram com as políticas excludentes capitaneadas pelo governo. A principal dentre elas é a situação das favelas cariocas. Por conseguinte, o relatório final de trabalho da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio) tratou de abordar a incidência do regime militar nas favelas da cidade. As análises da Comissão terminaram por captar a leitura que tal regime detinha deste espaço urbano há muito marcado pelo descaso governamental. A partir da investigação em documentos próprios da repressão e testemunhos, duas fortes ingerências sobre as comunidades foram pinceladas pela Comissão: as políticas de remoção de favelas e a ostensiva presença de militares nestes territórios.

Documentos localizados pela CEV-Rio, no Arquivo Nacional e no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, comprovam a atuação dos órgãos de informação e segurança da ditadura nos processos de remoção. No entanto, uma análise baseada somente nesta documentação, embora evidencie o esforço do Estado em garantir a efetivação desta política, não dá a dimensão do grau de violência sob o qual as remoções ocorriam. Nesse sentido, os testemunhos de pessoas que tenham passado por essas experiências são imprescindíveis para percebermos que as violações não se esgotam na participação das polícias políticas<sup>XXIX</sup>.

De um lado, a constante afirmação da propensão dos moradores de favelas à criminalidade, a qual possuía raízes já na Primeira República. De outro lado, o medo – propagado principalmente a partir do pós II Guerra Mundial – de que os favelados poderiam atuar como base para uma revolução de caráter comunista. Do encontro desses dois elementos, resultou uma atuação policial bastante frequente, que esteve longe de se resumir ao assessoramento às operações de remoção. Consolidou-se, assim, uma presença não apenas ostensiva e repressiva, como também voltada para o desenvolvimento de uma ampla vigilância e de exaustivas investigações sobre os indivíduos e grupos politicamente atuantes nas favelas cariocas durante a ditadura<sup>XXX</sup>.

Portanto, a ditadura militar desenvolveu uma série de dispositivos repressivos para garantir a “manutenção da ordem” por meio da censura prévia, da perseguição e outros meios. Entretanto, alguns desses dispositivos já existiam e ganharam uma reformulação no regime militar. E o caso do Departamento Estadual de Ordem Política e Social, o Deops, que funcionava desde a década de 1930. Segundo a historiadora Karin Sant’Anna Kossling, as ações do Deops e demais aparatos repressivos eram voltadas contra aqueles que, mesmo de maneira ínfima, pareciam subverter a conduta que o regime militar considerava a mais correta. A repressão política atingiu aqueles que articulavam reivindicações sociais ou que faziam oposição política. Como, ao longo do século XX, o principal inimigo dos órgãos de repressão política foi o “comunismo”, outras ações de resistência, como as lutas antirracistas, foram encobertas e taxadas de táticas comunistas<sup>XXXI</sup>. Em

# IMPrensa negra e resistência à ditadura no Brasil: o ressurgimento dos jornais negros na década de 1970

GABRIELLE OLIVEIRA DE ABREU

seu livro de 1982, “Fala, Crioulo”, que reúne relatos de sujeitos negros acerca do racismo cotidiano, Haroldo Costa relembra que

Cada vez que há um endurecimento, um fechamento político, o negro é atingido diretamente porque todas as suas reivindicações particulares, a exposição de suas ânsias, a valorização de sua história, desde que não sejam feitas segundo os ditames oficiais, cheiram à contestação subversiva<sup>xxxii</sup>

A militância negra, portanto, não passou ilesa aos questionamentos do regime militar. Uma série de pesquisas já atestam uma perseguição intensa nas atividades até mesmo recreativas do movimento negro, ainda que houvessem dúvidas de que o ativismo negro realmente pudesse trazer “problemas”. Quais foram, afinal, as ações dos movimentos sociais negros perante ao processo de redemocratização? Já foi mencionado aqui o quanto este episódio da história do país foi marcado por uma intensa disputa de narrativas entre os diversos grupos que agora poderiam vislumbrar um espaço seguro para suas atuações. A elaboração de uma nova constituição culminava nesses grupos um sentimento de euforia e otimismo. Para segmentos do movimento negro, aquele parecia um momento certo para finalmente alcançar direitos que concedessem condições de vida mais dignas para a população negra no Brasil.

O depoimento do sociólogo Hamilton Cardoso exprime bem o que esse momento era imaginado pelos militantes negros:

Até aqui, as Constituições brasileiras não foram mais que conversa entre brancos. As elites e os militares levaram à risca o velho ditado popular: ‘Eles, os brancos, que se entendam’. E se entenderam. As coisas, porém, já não podem ser assim. A próxima constituinte terá de incluir, no novo pacto social, o entendimento do que negros e índios pensam sobre como deve ser a organização da sociedade. A conversa terá de ser democrática plurirracial e popular<sup>xxxiii</sup>

## Notas

<sup>i</sup> Historiadora e mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ). Este texto é um recorte da monografia de conclusão de curso apresentada pela autora ao Instituto de História da UFRJ em fevereiro de 2019 e realizada sob orientação do Professor Doutor Flávio Gomes.

<sup>ii</sup> Em sua obra “A Utopia Fragmentada”, Maria Paula trata de um novo comportamento da esquerda a partir da década de 1970. Este novo *modus operandi*, segundo a autora, pôde ser verificado em todo mundo e consiste na refutação do prisma mais ortodoxo do marxismo e, conseqüentemente, na valorização das identidades mais individuais. Evidentemente, esta renovada percepção fez com que marxistas mais tradicionais questionassem uma possível cisão entre a classe trabalhadora. Ainda assim, prevaleceram neste contexto as reivindicações feministas, negras e da comunidade gay.

<sup>iii</sup> BARROS, José D’Assunção Barros. **Teoria e formação do historiador**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

<sup>iv</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2000.

<sup>v</sup> Os jornais negros produzidos no Brasil desde o século XIX são essencialmente alternativos, já que não temos referências de um jornal negro inserido na imprensa de grande circulação. Optamos por incluir o termo “alternativos” ao longo do pré-projeto para aproximar as publicações negras das décadas de 1970 e 1980 daquelas produções desenvolvidas por grupos de esquerda, feministas e ativistas pela causa gay no mesmo período (O Pasquim, Em Tempo, Nós Mulheres, Lâmpião da Esquina, etc.). Estas últimas são objetos de diversas pesquisas, destacamos aqui Kucinski (1991) e Araújo (2000).

# IMPRENSA NEGRA E RESISTÊNCIA À DITADURA NO BRASIL: O RESSURGIMENTO DOS JORNAIS NEGROS NA DÉCADA DE 1970

GABRIELLE OLIVEIRA DE ABREU

- <sup>VI</sup> O relatório final da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro foi lançado em dezembro de 2015. O capítulo 9 do referido documento é voltado para relatar a perseguição militar às movimentações negras do Rio de Janeiro durante a ditadura. Quanto ao relatório final da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, lançado em março de 2015, o primeiro capítulo da Parte II do Tomo I disserta acerca da repressão militar à militância negra paulista.
- <sup>VII</sup> RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. **O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas.** TOPOI, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.
- <sup>VIII</sup> GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (orgs.). **Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980).** São Paulo: Selo Negro, 2011.
- <sup>IX</sup> Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente ao ano de 2016, a taxa de analfabetismo dentre cidadãos brancos foi de 4,2%, enquanto a taxa de analfabetismo entre negros e pardos foi de 9,9%. Mais um exemplo referente ao mesmo ano para ilustrar tal realidade: o rendimento médio de trabalhadores brancos foi de R\$2.814,00, enquanto o rendimento médio de pretos e pretas foi de R\$1.570,00.
- <sup>X</sup> Em dezembro de 2016, o Instituto Paraná divulgou uma pesquisa que obteve como resultado um dado preocupante, no mínimo: um a cada três brasileiros apoia uma intervenção militar no país. Realizada em todos os estados brasileiros, incluindo o Distrito Federal, a pesquisa trouxe que 43% dos brasileiros apoiam tal investida política. Disponível em: <https://exame.com/brasil/um-a-cada-tres-brasileiros-apoia-intervencao-militar-no-pais/>. Último acesso em 08 de abril de 2021.
- <sup>XI</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX.** São Paulo: Selo Negro, 2010.
- <sup>XII</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX.** São Paulo: Selo Negro, 2010.
- <sup>XIII</sup> DOMINGUES, Petrônio. **Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930).** Revista Brasileira de História [online]. 2014, vol.34, n.67, pp.251-281.
- <sup>XIV</sup> DOMINGUES, Petrônio. **A Nova Abolição.** São Paulo: Selo Negro, 2008.
- <sup>XV</sup> DOMINGUES, Petrônio. **A Nova Abolição.** São Paulo: Selo Negro, 2008.
- <sup>XVI</sup> LEITE apud DOMINGUES, Petrônio. **A Nova Abolição.** São Paulo: Selo Negro, 2008.
- <sup>XVII</sup> DOMINGUES, Petrônio. **A Nova Abolição.** São Paulo: Selo Negro, 2008.
- <sup>XVIII</sup> DOMINGUES, Petrônio. **A Nova Abolição.** São Paulo: Selo Negro, 2008.
- <sup>XIX</sup> KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa.** São Paulo: Edusp, 2003.
- <sup>XX</sup> KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa.** São Paulo: Edusp, 2003.
- <sup>XXI</sup> Sobre esse movimento de ressignificação das esquerdas, a historiadora Maria Paula Nascimento Araújo, no citado livro *Utopia Fragmentada*, transcorre da seguinte maneira: “Nos anos 1960 e 1970 surgiram no mundo inteiro grupos, movimentos, partidos e organizações que tentaram ‘reinventar a política’. Faziam uma crítica ‘pela esquerda’ aos partidos comunistas e socialistas tradicionais bem como à burocratização da política, buscando caminhos alternativos para a transformação social. A *New Left* nos Estados Unidos, a *Gauche Proletarienne* na França, *II Manifesto e Lota Continua* na Itália; toda a série de partidos e organizações dissidentes e independentes do PCB que surgiu no Brasil, a partir da criação do PCdoB, da APML e da Polop; movimentos de minorias políticas como o feminista, o negro e o gay. Em todo, eles receberam diferentes nomes: esquerda radical, esquerda alternativa, esquerda independente, nova esquerda. A cena política de esquerda se renovava e ganhava novos contornos”.
- <sup>XXII</sup> RIOS, Flavia. **O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010).** Lua Nova [online]. 2012, n.85, p.41-79.
- <sup>XXIII</sup> KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa.** São Paulo: Edusp, 2003.
- <sup>XXIV</sup> Depoimento escrito por Neusa Maria Pereira em 2015 e concedido para o site oficial em memória de Marcos Faerman. No site, a trajetória profissional e política de Faerman é exposta, bem como todos os números de Versus são disponibilizados na íntegra. Disponível em: <http://www.marcosfaerman.jor.br/versus.html>. Último acesso em 08 de abril de 2021.
- <sup>XXV</sup> RIOS, Flavia. **O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010).** Lua Nova [online]. 2012, n.85, p.41-79.
- <sup>XXVI</sup> DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Revista Tempo, 2007, vol.12, no.23, p.100-122.
- <sup>XXVII</sup> ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. **Movimento negro e “democracia racial” no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. 15f.
- <sup>XXVIII</sup> Segue excerto do manifesto que foi lido na ocasião, trecho este que sintetiza bem os rumos que o movimento pretendi tomar a partir de então: “É necessário buscar formas de organização. É preciso garantir que este movimento seja forte instrumento de luta permanente da comunidade, onde todos participem de verdade, definindo os caminhos

# IMPRENSA NEGRA E RESISTÊNCIA À DITADURA NO BRASIL: O RESSURGIMENTO DOS JORNAIS NEGROS NA DÉCADA DE 1970

GABRIELLE OLIVEIRA DE ABREU

---

do movimento. Por isso chamamos todos a engrossarem o MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL. Portanto, propomos a criação de CENTROS DE LUTA DO MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, nos bairros, nas vilas, nas prisões, nos terreiros de candomblé, nos terreiros de umbanda, nos locais de trabalho, nas escolas de samba, nas igrejas, em todo lugar onde o negro vive; CENTROS DE LUTA que promovam o debate, a informação, a conscientização e organização da comunidade negra, tornando-nos um movimento forte, ativo e combatente, levando o negro a participar em todos os setores da sociedade brasileira. Convidamos os setores democráticos da sociedade (para) que nos apoiem, criando condições necessárias para criar uma verdadeira democracia racial. CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL CONTRA A OPRESSÃO POLICIAL PELA AMPLIAÇÃO DO MOVIMENTO POR UMA AUTÊNTICA DEMOCRACIA RACIAL” (apud GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982, p. 150).

<sup>XXIX</sup> RIO DE JANEIRO. **Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade do Rio**. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015, p. 122.

<sup>XXX</sup> RIO DE JANEIRO. **Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade do Rio**. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015, p. 123.

<sup>XXXI</sup> KÖSSLING, Karin Sant’Anna. **As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)**. Dissertação de Mestrado (História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 287.

<sup>XXXII</sup> COSTA: 1982, p.17.

<sup>XXXIII</sup> SANTOS, Natália Neris da Silva. **A voz e a palavra do movimento negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos**. Dissertação de Mestrado (Direito). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015, p. 15.

## Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. **História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004. 15f.

\_\_\_\_\_. **Movimento negro e “democracia racial” no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. 15f.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2000.

BARROS, José D’Assunção Barros. **Teoria e formação do historiador**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Revista Tempo, 2007, vol.12, no.23, p.100-122.

\_\_\_\_\_. **A Nova Abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

\_\_\_\_\_. **Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930)**. Revista Brasileira de História [online]. 2014, vol.34, n.67, p.251-281.

GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (orgs.). **Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

# IMPrensa negra e resistênciA à ditadura no Brasil: o ressurgimento dos jornais negros na década de 1970

GABRIELLE OLIVEIRA DE ABREU

---

KOSSLING, Karin Sant'Anna. As lutas anti-racistas de afrodescendentes sob vigilância do DEOPS-SP (1964-1983). 2007. 314f. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Edusp, 2003.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. Imprensa negra no Brasil do século XIX. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. TOPOI, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

RIOS, Flavia. O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010). Lua Nova [online]. 2012, n.85, pp.41-79.